



QUEM SÃO OS JOVENS DESEMPREGADOS?

DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES



Quem são os jovens desempregados?

Este documento corresponde a uma síntese dos dados e conclusões apresentados no relatório “Quem são os jovens desempregados? – Diagnóstico e Recomendações”, o qual pode ser consultado na íntegra em:



O fenómeno do desemprego jovem (15-24 anos) ganhou uma grande centralidade no debate público durante as crises financeira internacional (2008-10) e da dívida soberana europeia (2011-2014). Durante esse período, vários países europeus enfrentaram níveis muitos elevados de desemprego jovem. Em Portugal, este passou de 16,7% no ano de 2007 para 38,1% em 2013. Depois disso, verificou-se uma gradual diminuição, que coincidiu com os anos da recuperação económica (2014-2019).

A crise decorrente da pandemia COVID-19 provocou uma nova deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho (tendo o desemprego jovem atingido 23,4%, em 2021), ainda que não tenha atingido os níveis observados nas crises anteriores. Depois disso, este voltou a diminuir para 19% em 2022.

O presente estudo desenvolve uma caracterização do fenómeno, debruçando-se sobre os últimos quatro anos (2019-2022). Sendo baseado nos dados disponíveis do Inquérito ao Emprego (IE), procura assim contribuir para a reflexão sobre a composição do desemprego. A questão fundamental a que procuramos responder é a seguinte: quem são os jovens desempregados?



Taxa de desemprego jovem (15-24 anos), Portugal e União Europeia, em percentagem, 2002-2022
(Fonte: Labour Force Survey, Eurostat)

Neste estudo consideram-se como jovens desempregados, os **indivíduos entre os 15 e os 29 anos**¹, à procura de primeiro emprego ou à procura de novo emprego. As características educacionais são muito importantes para caracterizar este fenómeno. Relativamente a este assunto, os dados disponibilizados neste estudo mostram o seguinte:

1. Em 2022, existe uma percentagem elevada de jovens desempregados menos escolarizados, 29,6% tinha concluído no máximo o 3º ciclo do ensino básico. Considerando o total de jovens desempregados, verifica-se que 23,7% não se encontra a frequentar o sistema de ensino e completou no máximo este nível de ensino básico.
2. Em 2022, cerca de metade dos jovens desempregados tem o secundário concluído (47%), com maior presença da via profissionalizante (28,5%). 13,9% do total de jovens desempregados completou o ensino secundário nas vias gerais e não se encontrava a estudar.
3. O desemprego de jovens com formação superior (licenciatura) varia em função das áreas de formação. Em 2020, último ano para o qual o Inquérito ao Emprego disponibiliza dados sobre esta variável, verifica-se uma maior presença de formação nas áreas de “Artes e Humanidades”, “Ciências Sociais, Informação e Jornalismo”, e “Ciências Empresariais e Direito”. Na formação relativa a mestrados ou doutoramentos surgem também as áreas da “Educação”, “Ciências Naturais, Matemática, Engenharias” e “Saúde e Proteção Social”.

¹ Ou entre os 16 e os 29 anos, para 2021 e 2022, conforme indicações do Inquérito ao Emprego.

Relativamente à procura de emprego por parte dos jovens desempregados, os dados disponibilizados indicam o seguinte:

1. Os menos qualificados, nomeadamente os que apenas concluíram o 3º ciclo do ensino básico, são os que estão à procura de emprego há mais tempo. A diferença de tempo de procura entre este grupo e o dos mais qualificados tem vindo a aumentar.
2. Existe uma elevada percentagem de jovens desempregados que não está inscrita no Serviço Público de Emprego (nas semanas de referência do Inquérito). Em 2022, cerca de metade dos jovens desempregados não estava inscrita, correspondente a 50,5% dos jovens à procura de primeiro emprego e 50,7% dos que procuram novo emprego.

Sobre o histórico e experiência dos jovens desempregados destacamos as seguintes estatísticas:

1. O trabalho de duração limitada, isto é, os contratos a termo certo, é a principal causa do desemprego, tendo sido referida por 42,2% dos jovens desempregados à procura de novo emprego, em 2022.
2. O setor de atividade onde trabalhavam antes de ficarem desempregados constitui um fator muito importante. Os setores “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e “Alojamento e Restauração” têm um peso muito elevado. Por exemplo, em 2020, último ano para o qual o Inquérito ao Emprego disponibiliza dados trimestrais sobre esta variável, 26,3% e 22,4% dos jovens desempregados à procura de novo emprego tinham, respetivamente, trabalhado anteriormente nestes setores.

Para além da componente descritiva, o estudo também identifica 6 perfis de jovens desempregados¹, com características bastante distintas:



¹Para os anos de 2020, 2021 e 2022 são identificados seis grupos, enquanto para 2019 são identificados cinco. Por razões de simplificação e abrangência dos resultados, referimo-nos aos seis grupos.

1. **Não estão a frequentar** o sistema de ensino e que, **no máximo, concluíram o 3º ciclo do ensino básico**. Trata-se de jovens pouco escolarizados, que concluíram no máximo o 3º ciclo do ensino básico. O grupo etário com maior peso corresponde ao escalão 25-29 anos.
2. **Não estão a frequentar** o sistema de ensino e que **concluíram o ensino secundário**. Uma proporção elevada tem entre 25 e 29 anos.
3. **Não estão a frequentar** o sistema de ensino e que **concluíram formações de nível ensino superior**, uma boa parte deles com grau de mestre e/ou de doutor. A análise para 2019 e 2020 mostra que a área de formação desempenha um papel importante neste grupo, existindo algumas áreas com um peso muito relevante. A maioria destes jovens tem entre 25 e 29 anos.
4. **Estão a estudar**, matriculados em níveis de ensino até ao ensino secundário, com idades até aos 18 anos. No essencial, trata-se de potenciais **trabalhadores-estudantes que frequentam o sistema de ensino até ao ensino secundário**.
5. **Estão a estudar**, a maioria matriculada no 1º ciclo do ensino superior. O grupo etário 19-22 anos tem um peso muito elevado neste grupo. No essencial, trata-se de **potenciais trabalhadores-estudantes que frequentam o 1º ciclo do ensino superior**.
6. **Estão a estudar**, matriculados em programas de 2º e 3º ciclo do ensino superior. Estes jovens têm na sua maioria entre 23 e 24 anos. Em suma, **são potenciais trabalhadores-estudantes que frequentam os níveis mais avançados do ensino superior**.

Os três primeiros grupos são os mais problemáticos por duas razões. Em primeiro, abrangem uma proporção muito mais elevada dos jovens desempregados. Em segundo, tratam-se de situações em que os jovens já não se encontram a estudar, pelo que o nível de formação que obtiveram parece não ser suficiente para (re)ingressarem no mercado de trabalho, especialmente para aqueles que já se encontram desempregados há mais tempo.

Para além de caracterizar os grupos do ponto de vista sociodemográfico, este estudo analisa as dinâmicas de procura de emprego de cada grupo, assim como o histórico de emprego. A esse respeito, destacam-se os seguintes aspetos diferenciadores.

1. Os grupos relativos aos jovens menos qualificados são aqueles em que os jovens procuram emprego há mais tempo.
2. Nos grupos de potenciais trabalhadores-estudantes existe uma elevada proporção de jovens desempregados que está interessada em obter empregos a tempo parcial.

— Recomendações

Conclui-se que as **variáveis educacionais desempenham um papel central na compreensão do fenómeno do desemprego jovem**. Neste sentido, considera-se que as seguintes medidas devem ser uma prioridade no quadro de uma ação concertada de prevenção e combate ao desemprego jovem.

1. Relativamente aos jovens pouco qualificados, que concluem no máximo o 3º ciclo do ensino básico, devem criar-se oportunidades de formação em contexto de trabalho. O nível de qualificação que possuem não é suficiente, mas, tendo em conta que uma percentagem elevada destes jovens pertence ao grupo etário

- 25-29 anos, o regresso ao sistema de ensino “regular” não parece ser uma opção viável. Sendo assim, uma boa solução passaria por promover contratos de formação e aprendizagem, em que as empresas aderentes seriam apoiadas financeiramente, mas participariam ativamente no processo de formação dos jovens. Teria de assegurar-se que uma percentagem elevada do tempo de trabalho seria preenchida com as atividades de formação e que estes contratos seriam remunerados. Concomitantemente, é importante continuar a desenvolver esforços para que se reduza o abandono escolar precoce.
2. Relativamente aos jovens que concluíram no máximo o ensino secundário nas vias gerais e que já não se encontram a frequentar o sistema de ensino, existem duas medidas que podem ser concretizadas.
 - a. Incentivar estes jovens a prosseguir estudos para o ensino superior. Para isso, podem desenvolver-se campanhas dirigidas a este grupo.
 - b. Melhorar a atratividade dos cursos profissionais, incentivando mais jovens a escolher essa via formativa. Na verdade, a elevada percentagem de jovens que conclui o ensino secundário nas vias gerais e não prossegue estudos para o ensino superior demonstra que um número mais elevado de jovens poderia ter seguido as vias profissionais. Para que isso suceda é importante valorizar o ensino profissional, nomeadamente no que respeita ao prestígio social que lhe está associado. Por outro lado, também é necessário melhorar a qualidade das formações ministradas, particularmente no que respeita à existência de oportunidades de formação em contexto de trabalho. Uma participação mais ativa dos parceiros sociais – sindicatos e empregadores –, constitui um elemento fundamental para que se consiga aumentar a qualidade e atratividade do ensino profissional. Este poderia constituir um desígnio estratégico das políticas públicas de combate ao desemprego jovem.

3. Relativamente aos jovens que concluem formações de nível superior em áreas de baixa empregabilidade, que o mercado não está a absorver em quantidade equivalente à oferta, podem desenvolver-se as seguintes políticas:
 - a. Aumentar o investimento em programas de *reskilling*, envolvendo para isso as instituições do ensino superior.
 - b. Desenvolver políticas ativas de emprego direcionadas para os jovens oriundos das áreas de formação com baixa empregabilidade, contribuindo assim para uma rápida transição da escola para o mercado de trabalho.
 - c. Encarar os jovens provenientes das áreas de formação com baixa empregabilidade como uma prioridade dos serviços públicos de emprego (IEFP), nomeadamente no que se refere às políticas de aconselhamento e acompanhamento de desempregados.
 - d. Incentivar as instituições de ensino superior a incluir conteúdos relacionados com as competências digitais nos currículos desses cursos. Por exemplo, relacionadas com análise de dados e/ou programação.
 - e. Desenvolver campanhas junto dos empregadores com vista a incentivar a contratação de jovens oriundos destas áreas de formação e promover os benefícios da multidisciplinaridade das equipas profissionais.
4. Podem desenvolver-se políticas de emprego dirigidas a estudantes que querem desenvolver uma atividade profissional (potenciais trabalhadores-estudantes). Como mostram os resultados deste estudo, uma percentagem elevada destes jovens procura empregos a tempo parcial, pelo que as políticas a serem criadas devem incentivar os empregadores a oferecer empregos desse tipo.

Para além dos aspetos relacionados com a dimensão educativa, os seguintes também desempenham um papel central no combate ao desemprego jovem.

1. Devem desenvolver-se campanhas que incentivem os jovens a registar-se no IEFP. Neste âmbito a prioridade devem ser os jovens à procura de primeiro emprego (mesmo os que ainda se encontram a frequentar o sistema de ensino, desde que pretendam trabalhar).
2. As políticas de emprego dirigidas aos jovens devem ser cada vez mais exigentes em matéria de modalidades de contratação. Estas políticas devem exigir que as empresas ofereçam contratos permanentes.
3. As políticas de emprego dirigidas aos jovens devem priorizar os setores de atividade que promovem relações contratuais estáveis.



